

MUNICÍPIO DE ESPINHO**Aviso n.º 12252/2018****Cessação de seis procedimentos concursais constantes do Aviso n.º 12150/2017, de 11 de outubro (Referências A, D, E, G, H e I)**

Ao abrigo do n.º 2 do artigo 38.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, para os devidos efeitos, torna-se público que por deliberação da Câmara Municipal de Espinho, tomada em sua reunião ordinária de 8 de agosto de 2018, foi determinada a cessação dos procedimentos concursais comuns abertos por Aviso n.º 12150/2017, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, N.º 196 de 11 de outubro de 2017 com vista ao preenchimento de 6 postos de trabalho do mapa de pessoal do Município de Espinho, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, nomeadamente: Ref.ª A — 1 Assistente Operacional (Eletricista); Ref.ª D — 1 Técnico Superior (área de Design Industrial); Ref.ª E — 1 Técnico Superior (área de Marketing); Ref.ª G — 1 Técnico Superior (área de Administração Pública); Ref.ª H — 1 Técnico Superior (área de Arquitetura); Ref.ª I — 1 Técnico Superior (área de Arquitetura Paisagista); -, com fundamento na circunstância de os postos de trabalho a ocupar por via daqueles procedimentos, nas referências em questão, terem sido reconhecidos pelo órgão executivo como abrangidos pelo programa de regularização extraordinária dos vínculos precários no âmbito do regime excecional constante da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, esgotando-se, assim, a necessidade identificada naqueles procedimentos no que diz respeito aos postos correspondentes às referências em questão.

16 de agosto de 2018. — O Presidente da Câmara Municipal de Espinho, *Dr. Joaquim José Pinto Moreira*.

311587767

MUNICÍPIO DE ÉVORA**Aviso n.º 12253/2018**

Para os devidos efeitos, torna-se público que foram celebrados os seguintes contratos de trabalho por tempo indeterminado, para o exercício de funções públicas, nos termos da Lei n.º 35/2014, de 20/06.

Deolinda Maria Piteira Teixeira, com início a 6 de agosto de 2018, para a categoria de Assistente Técnico — Secretariado e Práticas Administrativas, sendo a remuneração correspondente à 1.ª posição remuneratória da categoria e ao 5.º nível da tabela remuneratória única dos trabalhadores que exercem funções públicas.

Silvia Maria Mareca Lopes, com início a 8 de agosto de 2018, para a categoria de Assistente Técnico — Secretariado e Práticas Administrativas, sendo a remuneração correspondente à 1.ª posição remuneratória da categoria e ao 5.º nível da tabela remuneratória única dos trabalhadores que exercem funções públicas.

Mariana Mira Piteira Espenica, com início a 8 de agosto de 2018, para a categoria de Assistente Técnico — Secretariado e Práticas Administrativas, sendo a remuneração correspondente à 1.ª posição remuneratória da categoria e ao 5.º nível da tabela remuneratória única dos trabalhadores que exercem funções públicas.

Joaquim Manuel Caneca Grave, com início a 8 de agosto de 2018, para a categoria de Assistente Operacional — Pedreiro, sendo a remuneração correspondente à 1.ª posição remuneratória da categoria e ao 1.º nível da tabela remuneratória única dos trabalhadores que exercem funções públicas.

10 de agosto de 2018. — O Vice-Presidente da Câmara, *João Rodrigues*.

311593014

Aviso n.º 12254/2018

Nos termos e para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se pública a lista unitária de ordenação final do procedimento concursal comum, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, restrito a candidatos abrangidos pelo programa de regularização extraordinária de vínculos precários, previsto na Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, para a carreira de Técnico Superior, Categoria de Técnico Superior, Posto de trabalho de Arqueólogo, aberto por aviso publicado na Bolsa de

Emprego Público a 23/04/2018, homologada por meu despacho datado de 10 de agosto de 2018.

Nome	Final	N.º Ordem
José Rui Ribeiro dos Santos.	15,80	1

13 de agosto de 2018. — O Vice-Presidente da Câmara, *João Rodrigues*.

311593006

MUNICÍPIO DE FAFE**Aviso n.º 12255/2018****Procedimento concursal na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado com vista à ocupação de 1 posto de trabalho da carreira/categoria de assistente operacional — área funcional de Tratorista — Programa de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários.****Homologação da Lista Unitária de Ordenação Final**

1 — Na sequência da audiência prévia realizada após aplicação do 2.º e último método de seleção e do projeto de lista unitária de ordenação final, e nos termos e para os efeitos previstos n.ºs 4, 5 e 6 do artigo 36.º conjugado com a alínea d) do n.º 3 do artigo 30.º, todos da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 06 de abril, torna-se público e notificam-se todos os candidatos que, pelo meu despacho, proferido em 17-08-2018, homologuei a lista unitária de ordenação final no relativo ao procedimento concursal de regularização extraordinária de vínculos precários para o preenchimento de 1 posto de trabalho para a carreira e categoria de assistente operacional — área funcional de tratorista — aberto pela Oferta de Emprego OE201806/504, publicitada na Bolsa de Emprego Público, em 19/06/2018, e na página eletrónica deste município.

2 — A lista de ordenação final encontra-se disponível para consulta na página eletrónica do Município, em www.cm-fafe.pt e afixada em local visível e público no átrio dos Paços do Município.

17 de agosto de 2018. — O Presidente, *Raul Cunha*, Dr.

311594108

MUNICÍPIO DO FUNCHAL**Declaração de Retificação n.º 610/2018**

Por ter saído com inexactidão o Aviso n.º 10779/2018, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 152, de 8 de agosto de 2018, retifica-se que onde se lê:

«16.2.1 — A Prova de Conhecimentos acima descrita admite a consulta de legislação simples (não anotada) e versará sobre as seguintes matérias:

Referência B.1:

Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua atual redação;

Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua atual redação;

Regime Jurídico da Contratação Pública (Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro na sua atual redação e sua adaptação na Região Autónoma da Madeira, aprovada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 341/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação);

Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho na Administração Pública (SIADAP), aprovado pela Lei n.º 66-B/2007 de 28 de dezembro, na sua atual redação;

Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro;

Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, na sua atual redação

Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.»